

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 13

Período: 30 mar. a 3 abr. 2026



Portaria n. 295/DGA.SGP, de 26 de março de 2026

Transforma 1 (um) Cargo em Comissão de Assistente Técnico Administrativo, CJ-01, decorrente do saldo remanescente da diferença entre valores integrais dos cargos em comissão (CJ) e os valores decorrentes da opção do servidor pela retribuição dos cargos efetivos.

Provimento n. 1/GP.CR, de 27 de março de 2026

Regulamenta a expedição de mandados pelas unidades judiciárias, a atuação dos(as) Oficiais(las) de Justiça Avaliadores(as) Federais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Ato n. 12/GP, de 30 de março de 2026

Altera o Ato n. 30/GP, de 30 de setembro de 2016, que regulamenta o funcionamento do Berçário do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de Interesse

Conselho Nacional de Justiça

Portaria n. 134/CNJ, de 26 de março de 2026

Institui o Regulamento do Prêmio Juízo Verde 2026.

Poder Legislativo

Lei n. 15.367, de 30 de março de 2026

Institui o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; reajusta a remuneração dos cargos de Médico e de Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; cria a Carreira de Analista Técnico do Poder Executivo Federal e o Plano Especial de Cargos do Ministério da Educação; cria o cargo de Analista em Atividades Culturais e altera a remuneração dos cargos do Plano Especial de Cargos da Cultura; reajusta a remuneração da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e o percentual máximo do Bônus de Eficiência e Produtividade a ser atribuído aos aposentados e pensionistas; altera a lotação dos cargos de Perito Federal Territorial; institui a Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas; transforma cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; institui o Regime Especial de Turnos ou Escalas na Secretaria da Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; autoriza exames médico-periciais por telemedicina ou análise documental; altera as condições e os prazos de contratação por tempo determinado; cria cargos efetivos no quadro de pessoal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério da Educação; institui o Quadro

Suplementar em Extinção de Analista de Sistemas e de Processamento de Dados no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; institui o Programa de Desligamento Incentivado; cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano; e dá outras providências.

[Lei n. 15.371, de 31 de março de 2026](#)

Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.s 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Instrução Normativa n. 121/SGP.MGI, de 27 de março de 2026](#)

Altera os Anexos I e II à Instrução Normativa n. 213/ME, de 17 de dezembro de 2019, para atualização dos valores da bolsa-estágio e da diária do auxílio-transporte no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa n. 129/SEGES.MGI, de 30 de março de 2026](#)

Altera a Instrução Normativa n. 512/SEGES.MGI, de 3 de dezembro de 2025, que regulamenta o disposto no art. 32 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a modalidade licitatória diálogo competitivo no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 17, de 2026](#)

Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória n. 1.331, de 25 de dezembro de 2025, que autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 20, de 2026](#)

Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória n. 1.334, de 21 de janeiro de 2026, que altera a Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Ministério da Igualdade Racial

[Portaria Interministerial n. 19/MIR.MDHC.MJSP.MS.MDS, de 30 de março de 2026](#)

Institui a Estratégia Nacional de Atenção, Apoio e Acesso à Justiça para Vítimas de Violência Institucional e suas Mães e Familiares - Estratégia Nacional Mães e Familiares por Direitos.

Conselho Federal de Odontologia

[Resolução n. 284/CFO, de 19 de março de 2026](#)

Reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução n. 176/CFO, de 6 de setembro de 2016.

[Resolução n. 285/CFO, de 19 de março de 2026](#)

Altera a Resolução n. 230/CFO, de 14 de agosto de 2020, que dispõe sobre vedações de realização de determinados procedimentos cirúrgicos na face e sobre a realização de publicidade e propaganda de procedimentos não odontológicos e alheios à formação superior em Odontologia.

[Resolução n. 286/CFO, de 20 de março de 2026](#)

Reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal